

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.566.216 - SC (2019/0243362-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**
AGRAVADO : **CRICIUMA CONSTRUÇÕES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
AGRAVADO : **ROGERIO CIZESKI**
AGRAVADO : **GENTILE CATARINA SERAFIN CIZESKI**
AGRAVADO : **EDIFÍCIO RESIDENCIAL E COMERCIAL TORRES DE SEVILHA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
AGRAVADO : **RCF INCORPORADORA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADO : **ALBERT ZILLI DOS SANTOS - SC013379**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL PREVENTIVA. SÚMULA 284/STF. PERDA DO OBJETO DA ACP. REVISÃO. SUMULA 7/STJ. DEMANDA ILÍQUIDA E CRÉDITO POSTERIOR À RECUPERAÇÃO. SÚMULA 211/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina contra a decisão de fls. 3.020-3.024 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio aos acórdãos de fls. 2.422-2.432 e 2.966-2.976 (e-STJ), prolatados pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementados:

PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CIVIL PÚBLICA - IMÓVEL - EDIFICAÇÃO - INADIMPLEMENTO - DANOS MATERIAIS E MORAIS - OBRIGAÇÃO DE FAZER - RECUPERAÇÃO JUDICIAL - CRÉDITOS PRÉ-EXISTENTES - PLANO - HOMOLOGAÇÃO - PERDA SUPERVENIENTE DO OBJETO
É de ser reconhecida a perda de objeto da ação em análise, pois "o plano de recuperação judicial implica novação dos créditos anteriores ao pedido, e obriga o devedor e todos os credores a ele sujeitos" - art. 59 da Lei n. 11.101/2005 (AC n. 0902010-98.2014.8.24.0020, Des. Ricardo Fontes).

PROCESSUAL CIVIL - OMISSÃO - INOCORRÊNCIA - REDISCUSSÃO Os embargos de declaração não têm a finalidade de restaurar a discussão da matéria decidida com o propósito de ajustar o decisor ao entendimento sustentado pelo embargante. A essência desse procedimento recursal é a correção de obscuridade, contradição ou omissão do julgado, não se prestando à nova análise do acerto ou justiça deste.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 2.981-3.005), apontou o insurgente a existência de violação dos arts. 1.013, § 3º, I, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; 6º, § 1º, 49, *caput*, 59, *caput*, e 76, *caput*, da Lei 11.101/2005; 1º, *caput* e inciso II, e 13, *caput*, da Lei 7.347/1985; 6º, VI, 36 e 37, § 1º, do Código de Defesa do Consumidor. Sustentou, em síntese: i) a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; ii) que o plano de recuperação judicial não esvaziou o objeto da ação civil pública; e iii) impossibilidade de extinção da ACP, quer porque ela trata de ação ilíquida, quer porque o direito perseguido é posterior à recuperação judicial.

Contrarrazões às fls. 3.010-3.018 (e-STJ).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos: a) não ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; e b) incidência das Súmulas 5, 7 e 211/STJ e 282/STF.

Daí o presente agravo, no qual o insurgente contesta a aplicação dos óbices.

Contraminuta às fls. 3.040-3.044 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial.

De início, verifica-se que a alegação de negativa de prestação jurisdicional foi feita de forma genérica/preventiva, sem especificar, objetivamente, os pontos da demanda sobre os quais o Tribunal de origem teria deixado de se pronunciar.

Vale ressaltar que a omissão ensejadora dos embargos de declaração é sobre pontos da lide e não sobre dispositivos legais.

A alegação de negativa de prestação jurisdicional de forma genérica faz incidir a Súmula 284/STF a impedir o conhecimento do recurso, neste ponto.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/2015. VIOLAÇÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. REEXAME. SÚMULA Nº 7/STJ. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA Nº 211/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO.

1. O recurso especial que indica violação dos artigos 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal, aplicada por analogia.

2. Não configura cerceamento de defesa o julgamento da causa sem a produção de prova quando o tribunal de origem considerar substancialmente instruído o feito, declarando a existência de provas suficientes para seu convencimento. Rever tal conclusão acarreta a incidência da Súmula nº 7/STJ.

3. Ausente o prequestionamento, até mesmo de modo implícito, de dispositivos apontados como violados no recurso especial, incide o disposto na Súmula nº 211 do STJ.

4. A necessidade do reexame da matéria fática impede a admissão do recurso especial tanto pela alínea "a" quanto pela alínea "c" do permissivo constitucional.

5. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 1.140.214/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 09/11/2017, DJe 20/11/2017).

No mérito, contrariamente à tese do recorrente e com base em todo o acervo fático-probatório, concluiu o Tribunal local que a ação civil pública perdeu o seu objeto.

Veja-se à fl. 2.428 (e-STJ):

Com efeito, consoante esclareceu o Magistrado de primeiro grau, fundamentos que se adotam como razão de decidir, por configurarem a melhor solução para a lide em comento, o plano de recuperação judicial das empresas rés, tal qual aprovado, dadas as peculiaridades existentes, abarcou todos os pedidos da inicial, ensejando na perda integral do objeto da demanda:

Sendo assim, para o acolhimento do recurso, seria imprescindível derruir a conclusão contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, demandaria nova incursão no conjunto fático-probatório, incidindo, na espécie, a Súmula 7 deste Tribunal Superior a

impedir o conhecimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS E MATERIAIS. MÓVEIS PLANEJADOS. FALHA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. SÚMULA N. 7/STJ.

1. Inviável a análise do recurso especial quando dependente de reexame de matéria fática da lide (Súmula n. 7 do STJ).

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1.253.840/SP, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 08/09/2015, DJe 21/09/2015).

Por fim, no tocante à tese de descabimento da extinção da ação civil pública porque ela demanda quantia ilíquida ou porque o crédito seria posterior à recuperação, incide, na espécie, a Súmula 211/STJ, ante a ausência de prequestionamento, porquanto não houve manifestação sobre tal argumento.

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre a tese jurídica em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. OMISSÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. STF. COMPETÊNCIA. SUBSTABELECIMENTO. JUNTADA POSTERIOR. POSSIBILIDADE.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda

Superior Tribunal de Justiça

que para fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

4. Em observância ao princípio da função instrumental do processo, a jurisprudência desta Corte é no sentido de ser cabível a abertura de prazo a fim de que o autor regularize a inicial, sendo a extinção do processo, sem julgamento de mérito, somente proclamada depois de proporcionada à parte a oportunidade de regularização.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 372.573/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 04/04/2017).

Dessa forma, não há como conhecer do recurso, nesse ponto, por ausência do necessário prequestionamento do tema.

Diante do exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator